
Conflito, gênero e resistência: reflexões sobre o potencial disruptivo do corpo das mulheres na guerra

*Afonso Brito Bandeira*¹

*Fellipe Souza Sena*²

*Lais Cavallin Rodrigues*³

A discussão quanto à inserção das mulheres na guerra está longe de figurar uma inovação temática ou teórica. Por mais que os debates sobre gênero tenham alcançado anuência a partir da década de 1990 no campo acadêmico das Relações Internacionais, o tema de mulheres travando conflitos em suas rotinas diárias é objeto discutido há mais de cem anos nas ciências sociais (Barasuol; Zanella, 2023). Esses conflitos são especialmente deflagrados contra seus corpos, em cenários nos quais as mulheres precisam exercer papéis centrais *de e em* resistências. Neste artigo, discutiremos a temática do corpo feminino em conflitos, direcionando-a ao debate sobre mulheres no Sul Global. Em um primeiro momento, discorreremos sobre como a concepção de “guerra” passou a ir além da concepção tradicional de guerra (embate entre dois ou mais exércitos em grande escala) e passou a abarcar outros temas como a violência contra o corpo feminino do Sul Global. Em um segundo momento, salientaremos a importância da discussão sobre o corpo das mulheres e seu potencial disruptivo em conflitos para, depois, em um terceiro momento, discutirmos efetivamente o caso da resistência de mulheres do Sul Global. Para esse debate, traremos à luz o documentário *Women, War and Peace* e seu episódio sobre mulheres afrocolombianas da região de *La Toma*, que exercem papel central no processo de resistência da comunidade local ao mesmo tempo em que detém papéis domésticos, ao cuidarem de suas respectivas famílias.

¹ Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP), na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional. É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo: 2024/19612-0) e pesquisador do Núcleo de Estudos de Gênero (IARAS-GEDES) e do Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro (GECEF-GEDES).

² Bacharel em Ciências & Humanidades e em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP). É bolsista CAPES e desenvolve pesquisas nas áreas de segurança internacional, fascismo e sexualidade.

³ Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP), na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (Iaras-GEDES) e do Centro de Estudos Árabes e Islâmicos da Universidade Federal de Sergipe (CEAI-UFS).

Parte do atraso dos debates sobre gênero nas Relações Internacionais cabe à própria ideia de guerra, cuja concepção fora atomizada sobre as bases do estadocentrismo até meados da década de 1990. Quando a bipolaridade da Guerra Fria chegava ao fim, a emergência de atores violentos não-estatais explicitava que novas modalidades de conflitos altamente danosos não se restringiam somente a grandes exércitos sob bandeiras estatais, dotados de armas tecnológicas e sofisticadas, ponto visto em Kaldor (1986). Além disso, com a tomada neoliberal da economia global, “guerra” passou a ser o compasso da austeridade: formas sistemáticas de violência que se empregam segundo a linguagem da exploração, da fome, da miséria e de condições estruturais que impactam diferentes segmentos da população em direta degradação das suas condições de sobrevivência. Esses conflitos, destacamos, incidem de maneira mais evidente sobre os corpos das mulheres do Sul Global.

Segundo Jean Elshtain (2000), a interpretação do papel da mulher na história do conflito de armas alterna entre sua associação com a imagem da mulher espartana - que louvava a guerra e bradava em inspiração aos seus filhos, que defenderiam honrosamente sua pátria - e a figura de Pietá - que lamentava inconsolável as perdas trazidas pelo conflito. Em ambos os casos, a mulher permanece prostrada como elemento secundário e quase cenográfico, desprovido de protagonismo e cujas funções se resumem a prover suporte aos homens, seja emocional ou material (provendo comida, logística, enfermagem, atividades clericais e seus próprios corpos, como objetos de prazer). Ainda assim, a guerra de que trata Elshtain (2000) não aparenta ser uma guerra para além do modelo clausewitziano de concepção tradicional e eurocentrada, fundada sobre o embate de dois ou mais exércitos em grande escala com a mobilização de armamentos convencionais. Essa visão restrita não permite enxergar uma definição plural do termo “guerra”, como aquela sugerida por Alliez e Lazzarato (2020), segundo a qual o capitalismo, na sua lógica produtiva normativa e coercitiva, fragmenta a vida rotineira em diversos conflitos de dimensão social, política e econômica. Aqui, as guerras não dizem respeito somente a metralhadoras, canhões e granadas, mas também a exclusões sociais, salários baixos e cerceamento de vozes devido a determinados atributos corporais.

Esta ótica do conflito, que permite explorar além das trincheiras e morteiros, é uma modalidade diariamente travada por mulheres, especialmente do Sul Global, mas que não é contemplada em uma abordagem mais holística, como é no caso da abordagem de Elshtain

(2000). Sob essa luz e antes de entendermos o papel da mulher do Sul Global nas guerras, é relevante discutir brevemente sobre um tópico que consideramos relevante no debate sobre violência e o feminino: os “corpos” nas Relações Internacionais.

Os corpos são comumente ignorados nos estudos de guerra e de segurança, sendo considerados apolíticos. No campo de estudo das Relações Internacionais, os corpos “são relevantes para a política apenas à medida que vivem ou morrem. Esses corpos são objetos inertes: existem para ser manipulados, não possuem agência e são movidos apenas pelas motivações dos agentes” (Wilcox, 2015, p. 2, tradução nossa). A importância do corpo nas Relações Internacionais está na materialização visceral do poder e em como as relações de poder permeiam o cotidiano das mulheres. A mobilização dos corpos das mulheres é importante para justificar intervenções e políticas extremistas, mostrando como o corpo feminino é usado como uma ferramenta para atingir objetivos políticos. É necessário tratar as mulheres como sujeitos ativos nas guerras, em vez de meros objetos, e também considerar suas reflexões sobre os conflitos.

Wilcox (2015) questiona a visão tradicional e destaca a importância de regular os corpos das mulheres. A autora também aponta que a experiência da violência varia muito, dependendo da situação e localidade, o que torna essencial entender como esses corpos estão inseridos no contexto da violência e da guerra, para ter uma compreensão mais completa. Perpétuos espaços de disputa de poder, podendo ser utilizados como forma de resistência, reivindicação e protesto, como meio do emprego da violência e como instrumento de mobilização política, os corpos são tanto produtivos quanto produzidos por práticas de violência e política. Rita Segato (2016) analisa as novas formas de guerra e o corpo das mulheres, conceitos essenciais para o entendimento de como o corpo feminino é utilizado como território em guerras contemporâneas e como isso se conecta ao patriarcado e à colonização. O projeto das “novas guerras” (Kaldor, 1999) se difere das guerras tradicionais entre Estados; o objetivo da guerra vai além do domínio de territórios e a paz não é a finalidade. As novas guerras fazem parte de uma nova estratégia, pensada para agir no longo prazo, alterando a existência das sociedades.

A violência contra as mulheres deixou de ser um efeito colateral da guerra para se transformar em um objetivo estratégico desse novo cenário bélico. [...] Uma das razões para isso é que, com a perda progressiva de controle sobre a economia global e o deslocamento do epicentro do capital, a potência imperial vê na proliferação das guerras sua última forma de domínio (Segato, 2016, p. 57, nossa tradução).

Há uma continuidade entre guerra, economia e política, com a violência financeira integrando o quadro de guerra. A guerra moderna é promovida pelo governo, não apenas pelo exército, e a paz não é o objetivo final; em vez disso, a guerra se perpetua como estratégia para manter a ordem capitalista. Essa situação configura o que alguns chamam de guerra civil global – guerras internas que ocorrem no seio das populações (Alliez & Lazzarato, 2020). O conceito de guerra civil global refere-se aos conflitos internos e externos que ocorrem simultaneamente em diferentes partes do mundo. Alliez e Lazzarato (2020) destacam que, por mais que estes conflitos tenham diferentes motivações, a guerra civil global é nutrida pela financeirização econômica. O movimento de financeirização e desregulação econômica são elementos que explicam a intensificação da polarização das sociedades capitalistas, que geram como consequência guerras de classe e coloniais, motivadas pelo acúmulo de capital, atingindo principalmente grupos vulneráveis e as mulheres. Essas guerras não são apenas conflitos armados, mas também incorporam lutas sociais e econômicas que desafiam as estruturas de poder estabelecidas, tornando-se uma característica permanente da vida sob o sistema de acumulação capitalista. Dentro do sistema capitalista é estabelecido um mecanismo de dominação de gênero. A discriminação das mulheres foi importante para lhes impor a responsabilidade de produzir a força de trabalho. O trabalho reprodutivo, muitas vezes invisível e desvalorizado, é essencial para a acumulação capitalista, pois, sem este trabalho, a consolidação de qualquer cultura, economia ou sistema político seria inviável (Federici, 2017).

Nas guerras, a existência e sobrevivência das mulheres é um ato de resistência, principalmente em conflitos no Sul Global (Wilén, 2021) e, gradualmente, as formas de sofrimento infligidas nos corpos pela guerra têm ganhado maior notoriedade e exposição, a exemplo da série documental *Women, war and peace*. Lançado em 2011, o documentário contém 5 episódios dedicados a retratar lideranças femininas locais envolvidas na luta pelo reconhecimento, pela denúncia da violência, pela defesa de valores locais e de seus territórios.

Um dos casos retratados no documentário é o da região de *La Toma*, localizada no oeste colombiano e circundada pelos rios *Ovejas* e *Cauca*. Rica em recursos naturais, a região é, há séculos, habitada por populações afro colombianas, que foram fustigadas pela violência decorrente da guerra civil iniciada nos anos 1960⁴, em uma triangulação de disputas pelo

⁴ Embora a Colômbia apresente um longo histórico de conflito e violência, que remonta suas origens coloniais, houve um recrudescimento a partir da metade da década de 1960, com a criação de movimentos de guerrilha,

poder entre movimentos das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC), do governo e de organizações do narcotráfico, levando à morte de grande parte da população masculina adulta. A situação recrudescceu quando, no início dos anos 2000, o governo cedeu à iniciativa privada o direito de desterro e exploração dos abundantes recursos naturais da região, sem reconhecimento ao direito das populações locais. No lugar de uma submissão complacente, lideranças femininas locais, mesmo sob constantes ameaças de morte, exerceram uma dupla jornada entre o cuidado de suas famílias e a articulação política da comunidade, em contato direto com fóruns de nível nacional e internacional por um reconhecimento que seria logrado após anos de resistência.

Clemencia Carabali, uma das mulheres retratadas no documentário, divide sua rotina entre audiências com a comunidade local de *La Toma* e seus afazeres domésticos, como cuidar de seu filho. Em uma das cenas da referida obra audiovisual, Carabali educa seu filho mais novo ao corrigir uma atividade escolar na qual a criança tirou nota baixa. Ao perceber que seu filho havia escrito algo negativo sobre a participação das mulheres na comunidade local, Carabali pergunta se ele acreditava naquilo que havia respondido na atividade. Ao responder que não, sua mãe diz então que ela mesma é uma membra-chave da comunidade local, pois ela organiza reuniões, escuta e é escutada quanto a assuntos atinentes a problemas locais. E é justamente esse tipo de atividade que torna Carabali alvo de ameaças de grupos paramilitares suspeitos de agirem em *La Toma*, ameaças essas que passam a configurar violência psicológica a partir do momento em que, por exemplo, seu filho sai para brincar na rua sem avisar. Carabali, sem saber o que pode ter acontecido, tenta procurá-lo e o documentário deixa transparecer a angústia da mãe nessa busca.

Por sua vez, Francia Marquez também tem sua história retratada no mesmo episódio do documentário. Como dito, a região de *La Toma* é rica em recursos naturais, muitos dos quais se encontram em minas nas partes mais acidentadas do local. Ao manipular explosivos com as próprias mãos, Marquez relata que tira dessas minas o sustento de que precisa para

como as FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Diante de um cenário de grande desigualdade social e corrupção, e no contexto global da Guerra Fria, surgiram como movimento de inspiração marxista com o intuito de lutar por reformas estruturais no país e maior equidade para a população. Em resposta, o governo colombiano promulgou uma lei, em 1968, para a criação de um exército de contenção das guerrilhas, que viria a se radicalizar e atuar de forma independente que viria a forma as *Autodefensas Unidas de Colômbia* (AUC), um grupo paramilitar de extrema-direita. Complementarmente, os grupos envolvidos passaram a utilizar o tráfico de drogas como forma de financiamento da guerra que, ao longo de cinco décadas, tem estimadas mais de 220.000 pessoas mortas ou feridas e quase 7 milhões forçadas a se deslocar, até o momento de um acordo de paz, celebrado em 2016.

colocar seus filhos na escola. Em paralelo a essa atividade, ela ainda exerce o papel de vice-presidente do conselho comunitário de *La Toma*, levantando e articulando pautas entre a comunidade local e o governo da Colômbia.

Clemencia e Marquez são exemplos de como seus corpos sofrem violências físicas, psicológicas, afetivas e emocionais, enquanto devem exercer papéis fundamentais em um conflito que não se resume a armas de fogo, mas diz respeito também a articulações políticas, cultura, intersubjetividades e esperança. Além disso, elas são casos ilustrativos dos erros ontológicos fomentados por visões tradicionais que impõem sobre a mulher a mistificação dos corpos frágeis e submissos, não-sujeitos vulneráveis aos quais é necessário prover, para que sejam capazes de exercer sua função inata de cuidadoras e reprodutoras.

É válido ainda destacar as contribuições de Foucault (1987) sobre a questão do corpo. O autor descreveu o biopoder como uma ampla miríade de técnicas de intervenção, controle e condicionamento dos indivíduos por meio da microgestão de seus corpos em prol da maximização dos resultados produtivos, uma gestão normativa da vida que erige as fronteiras entre o louvável e o criminoso, o bem e o mal social. No sistema capitalista moderno, isto se projetou na forma de governamentalidades que operam, na esfera civil, uma lógica de guerra que não somente mata, como normaliza violências sistêmicas e subjugações de dados segmentos da sociedade (Alliez, Lazzarato; 2020), formando regimes de verdade.

No caso das mulheres, além do silenciamento político, o biopoder se dá pelo acúmulo interseccional de trabalhos não remunerados e invisibilizados, que atravessam a esfera doméstica, reprodutiva e de cuidados, essencial para a acumulação capitalista e para o funcionamento social. Tamanhos constrangimentos, de natureza epistemológica, cultural e, por vezes, até mesmo jurídica, buscam solapar uma tomada de consciência das potencialidades disruptivas simbolizadas no caso colombiano pois, para além do véu de constrangimento puritano, as mulheres, em realidade, demonstram-se indivíduos de agência, capazes de mobilização e articulação, inspiração e combativismo, incidindo diretamente nas estruturas sociopolíticas do *status quo*. Por esse motivo, é de fulcral importância tornar o invisível visível, romper com as mordanças e arremeter o fluxo das consciências acríticas, pois “a violência corporal não é apenas invisível, mas necessariamente invisível para que esse tipo de teorização possa continuar” (Wilcox, 2015, p. 41, tradução própria).

REFERÊNCIAS

- ALLIEZ, É.; LAZZARATO, M. **Guerra e Capital**. São Paulo: UBU editora, 2020.
- BARASUOL, Fernanda Barth; ZANELLA, Cristine Koehler. **Feminismo e Relações Internacionais: um mundo, muitos feminismos**. In: Barasuol, Fernanda Barth; Souza, Natália Maria Félix de; Zanella, Cristine Koehler (org.). *Feminismo, Gênero e Relações Internacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.
- ELSHTAIN, Jean B. **Women and War**. In: TOWNSHEND, C. (Ed). *The Oxford History of Modern War*. New York: Oxford University Press, 2000, p. 303-316.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, p. 464.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. Editora Vozes. Petrópolis, 1987.
- KALDOR, Mary. 1999. *New and Old Wars. Organized Violence in a Global Era*. Oxford: Blackwell.
- _____. **El arsenal barroco**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1986.
- SEGATO, Rita. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. In: *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficante de sueños, 2016, pp. 57-90.
- THE WAR WE ARE LIVING. *Women, War and Peace* [documentário]. Produção: HOGAN, Pamela; GRANADOS, Oriana Zill de. EUA.: Fork Films; Thirteen/ WNET, 2011 (56 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nzMYmUlk2SI>. Acesso em 08 de out. 2024.
- WILCOX, Lauren B. **Bodies of violence: Theorizing embodied subjects in international relations**. Oxford University Press, USA, 2015.
- WILÉN, N. **Achieving a Feminist Peace by Blurring Boundaries Between Private and Public**. In: Kustermans, J.; Sauer, T.; Segaert, B. (eds.) *A Requiem for Peacebuilding?*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2021, p. 207-220.